



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS, LEANDRO NEVES BEZERRA
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4cae79df-d289-4fa7-8d74-621d69a98630

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Denominação, Constituição, Duração e Natureza

A **DPPE – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco** começou a operar em junho de 1998, com sede na Rua Marques Amorim n.º 127, Bairro da Boa Vista – CEP nº 50.070-330, e é, por força do que dispõe o art.134, § 2º da Constituição Federal, um órgão público autônomo.

b) Características

A **DPPE – Defensoria Pública do Estado de Pernambuco** é um órgão com autonomia funcional, financeira e administrativa, sem personalidade jurídica, integrante da administração direta do Estado.

c) Finalidades da Entidade

Nos termos da Lei Complementar n.º 124, de 02 de julho de 2008, a **DPPE** tem por finalidade à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, aos necessitados.

De acordo com a Lei Complementar nº 473 de 10 de janeiro de 2022, a estrutura organizacional da **DPPE** prevê a ação integrada dos órgãos de administração Superior, Defensoria Pública-Geral, Conselho Superior, 1ª Subdefensoria Pública-Geral Institucional e Administrativa, 2ª Subdefensoria Pública-Geral Jurídica e a Corregedoria Geral; além dos órgãos executivos, Subdefensorias Públicas e Núcleos da Defensoria Pública; e, ainda, os órgãos da atividade-meio e apoio, Coordenadoria de Gestão e Secretarias e Auxiliares de Gabinete.

d) Recursos Financeiros

Constituem Receitas da DPPE: I – a arrecadação dos honorários sucumbenciais; II – a renda proveniente das aplicações financeiras; III – restituições de despesas de exercícios anteriores; IV – Receita de convênios federais; V – e, em 2025, Receitas de inscrição para Concurso



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS, LEANDRO NEVES BEZERRA
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4cae79df-d289-4fa7-8d74-621d69a98630

Público. Afora o conceito de Receita Orçamentária, constituem Recursos Financeiros desta DPPE as Interferências Financeiras: I – duodécimo; e II – os repasses do Tribunal de Justiça relativos à arrecadação das Taxas sobre a Utilização de Serviços Notariais ou de Registro (TSNR), conforme determina a Lei n.º 11.404, de 19 de dezembro de 1996.

e) Destinação de Recursos

Os Recursos irão custear as despesas que viabilizarão o atendimento jurídico, judicial e extrajudicial as pessoas necessitadas do Estado, assim como aquelas que visam à modernização estrutural da DPPE e as atividades de suporte a finalidade da instituição, além das despesas com pessoal e encargos sociais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações que compõem esta Prestação de Contas Anual foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei n.º 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar n.º 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal; da Lei ordinária n.º 18.780/2024 que estima a receita e fixa a despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2025; das disposições do Conselho Federal de Contabilidade relativa aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), bem como do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da Secretaria de Tesouro Nacional (STN); e seguiram as diretrizes contábeis abaixo:

3. PRINCÍPIOS E PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição. Apresenta registro contábil das depreciações, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na NBC TSP 07, usando o inventário entregue pelo último levantamento de bens desta Defensoria.

b. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

A NBC TSP 09 determina que as reavaliações devam ser feitas utilizando-se o valor justo ou o valor de mercado na data de encerramento do balanço



**DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO**



Documento Assinado Digitalmente por: HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS, LEANDRO NEVES BEZERRA
Acesse em: <https://stc.ecepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4cae79df-d289-4fa7-8d74-621d69a98630

patrimonial, periodicamente, com a finalidade de revisar e ajustar o valor registrado do ativo, principalmente em relação às contas ou grupo de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados. Os acréscimos ou decréscimos provenientes dessa reavaliação ou redução ao valor recuperável devem ser registrados em contas de resultado.

c. Ativo Circulante e Não Circulante

Os demais ativos estão apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas. Do total do Ativo, o Circulante representa 34,98% e o Não Circulante, 65,02%.

d. Passivo Circulante e Não Circulante

Estão demonstrados por valores acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias. O Circulante representa 100,00% do Passivo.

e. Restos a Pagar

As despesas empenhadas liquidadas e não pagas até o dia 31 de dezembro de 2025 foram inscritas em Restos a Pagar, em atendimento a Lei n.º 4.320/64. Os Restos a Pagar Processados correspondem aos demais saldos credores das obrigações financeiras, como Fornecedores e Contribuição Patronal da Previdência Estadual, e estão demonstrados nos Balanços Patrimonial e Financeiro. Nesse exercício não houve inscrição de Restos a Pagar Não Processados.

f. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido está composto pelo subgrupo Resultados Acumulados. Reflete a situação patrimonial líquida, ou seja, compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

g. Apuração do Resultado

O superávit do exercício foi apurado pelo regime contábil de competência.

4. BALANÇO PATRIMONIAL

4.1. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Saldo das disponibilidades em 31 de dezembro era:



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS, LEANDRO NEVES BEZERRA
Acesse em: <https://stce.tcepe.tc.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4cae79df-d289-4fa7-8d74-621d69a98630

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta Única	2.713.616,40	122.080,03
Bancos - Outras Contas	414.259,40	658.439,82
Aplicações Financeiras	7.579.923,45	8.325.974,47
	10.707.799,25	9.106.494,32

O saldo apresentado na Conta Única está depositado em conta da Caixa Econômica Federal.

A **DPPE** no exercício de 2025 movimentou recursos com as seguintes instituições financeiras:

Banco	Agência	Conta Corrente
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00130301-7
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00000987-5
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001054-7
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001055-5
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001138-1
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001217-5
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001643-0
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00001687-1
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071043-3
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071346-7
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071355-6
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071410-2
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071416-1
Caixa Econômica Federal	1294 – Marrocos	6-00071514-1
Banco do Brasil	3234– Cais do Apolo	8788-2



As referidas contas estão conciliadas apresentando pendências ao final do exercício, quanto à cobrança de tarifas bancárias, sobre as quais foram solicitados os estornos, e baixas e ajustes contábeis no montante de R\$ 5.456,64.

Nessas contas correntes existe um total de R\$ 7.994.182,85 aplicados de forma diversificada.

4.2. ESTOQUE

Saldo do Estoque em 31 de dezembro era:

Estoque Interno – Almoxarifado

31/12/2025

Material de Consumo – Estoque interno

2.005.551,15

Os estoques da **DPPE** estão formados principalmente por materiais de consumo interno (material de expediente, material gráfico, de informática e material de limpeza) e são registrados no Ativo Permanente por seus custos da última aquisição.

Os referidos saldos foram inventariados pelo Setor de Almoxarifado.

4.3. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Saldo em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prêmios de Seguros a Apropriar	26.119,16	20.562,62
(P) Assinaturas e Anuidades a Apropriar	30.643,46	0,00
(F) Serviços de TI a Apropriar	207.833,31	4.702,24
	<u>264.595,93</u>	<u>25.264,86</u>

O montante de R\$ 26.119,16 refere-se ao seguro da frota de veículos, cujo pagamento foi realizado integralmente no momento da aquisição. O valor está sendo apropriado mensalmente ao longo de 12 (doze) meses, conforme o regime de competência.

O valor de Assinaturas e Anuidades se refere ao valor repassado ao Condege, em forma de anuidade, e a assinatura do sistema de banco de preço, que foram integralmente repassados e são apropriados mensalmente ao longo de 12 (doze) meses, conforme o regime de competência.



Já o saldo registrado em Serviços de TI a Apropriar, no total de R\$ 207.833,31, corresponde a licenças de software do tipo antivírus, adquirida mediante pagamento à vista. Assim como o seguro, essas despesas estão sendo apropriadas mensalmente ao longo de seus respectivos períodos de autorização de uso.

4.4. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado está constituído ao custo de construção ou aquisição.

Saldo do Imobilizado em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bens Móveis	28.510.462,55	24.821.436,69
Bens Imóveis	2.897.972,11	3.661.812,41
(-) Depreciação	(10.576.765,15)	(8.992.698,73)
Intangível	<u>3.289.940,21</u>	<u>3.289.971,21</u>
	24.121.609,72	22.780.490,58

Neste exercício foi apurada uma movimentação devedora líquida de R\$ 3.689.025,86, relativo à aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática, mobiliário e veículos e um imóvel localizado em Afogados da Ingazeira.

O intangível corresponde a despesas com desenvolvimento de softwares e aquisição de licenças para as atividades meio e finalística desta Defensoria no valor de R\$ 3.289.940,21 (três milhões, duzentos e oitenta e nove mil novecentos e quarenta reais, e vinte e um centavos), resultantes do investimento da operação de crédito com o BNDES para modernização operacional desta DPPE, e aquisições da própria DPPE.

A depreciação foi atualizada através de relatório de depreciação acumulada entregue pelo setor de Patrimônio.

4.5. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS, E FISCAIS A PAGAR

O saldo das Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2025</u>
(F) Obrigações de Pessoal – Extra Folha	18.681,38
(F) Encargo Patronal ao FUNAFIN – Ativo Civil a Pagar	424.880,00
(F) Encargo Patronal ao FUNPREV – Ativo Civil a Pagar	



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS, LEANDRO NEVES BEZERRA
Acesse em: <https://stc.ece.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4cae79df-d289-4fa7-8d74-621d69a98630

(F) Contribuição ao Sassepe a Pagar	102.885,82
(F) INSS – Contribuição Sobre Salários e Remunerações	41.489,80
	<u>587.937,00</u>

Todos os valores se referem à parte da folha de pagamento e aos encargos da competência de Dezembro/2025.

4.6. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

O saldo da conta de Fornecedores Nacionais a Pagar em 31 de dezembro era de R\$ 947.156,49, relativo a liquidações de competência dezembro/2025.

4.7. DEMAIS OBRIGAÇÕES À CURTO PRAZO

Saldo das Demais Obrigações à Curto Prazo em 31 de dezembro era:

	<u>31/12/2025</u>
(F) Consignações Retidas sobre a Folha de Pgto.	22.916,27
(F) Depósitos de Cauções de Terceiros	2.964,15
(F) Depósitos de Terceiros	68.414,21
(F) Folha Pessoal Ativo a Pagar Por UG Exceto SAD	688.549,15
(F) Diversas Receitas a Classificar	1.198,00
(F) Receita do PECONSIG a Classificar	355,57
(F) INSS Retido Servidores Sobre Folha de Pagamento	33.521,38
(F) INSS Retido Sobre Serviços de Terceiros/PF	378,28
(F) INSS Retido Sobre Serviços de Terceiros/PJ	237.890,57
(F) Imposto de Renda Retido Sobre a Folha de Pgto	2.647.014,43
(F) Imposto de Renda Retido, Exceto Sobre a Folha de Pgto	340.825,25
(F) Imposto Sobre Serviço Retido de PF e PJ	181.127,37
(F) Diárias a Pagar	6.950,00
(F) Indenizações e Restituições a Pagar	2.346,77
	<u>4.234.451,40</u>

4.8. RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do exercício foi superavitário em R\$ 2.941.568,45 apurados na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).



4.9. APURAÇÃO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

Foi apurado um superávit financeiro de R\$ 4.938.254,36 no exercício de 2025, levando-se em consideração o Ativo Financeiro menos o Passivo Financeiro.

5. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

5.1. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Os registros de classificação da receita são efetuados por meio de rotinas específicas dentro do e-Fisco; apropriadas mensalmente com base nas informações contidas nos extratos bancários.

5.2. DESPESA ORÇAMENTÁRIA E CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A DPPE iniciou este exercício com a Despesa fixada em R\$ 271.865.122,00 (duzentos e cinquenta milhões, e seiscentos e doze mil reais), distribuídos entre as fontes de recuso: I – Recursos Não Vinculados de Impostos (500); II – Outros Recursos Não Vinculados (501); e III – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União (700); IV – Recursos de Alienação de Bens/Ativos – Adm. Direta (755); V - Recursos do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM – PJPE (759).

No decorrer do exercício o orçamento foi suplementado em R\$ 5.160.000,00 (cinco milhões e cento e sessenta mil reais).

Pode-se observar a composição do orçamento da DPPE, conforme quadros abaixo em R\$:

GRUPOS	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESA ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	%	
Pessoal e Encargos	31	217.848.900,00	(6.890.177,48)	210.958.722,52	210.658.019,58	76,91%
Despesas Correntes	33	47.896.300,00	12.337.354,98	60.233.654,98	59.075.619,47	21,57%
Despesas de Capital	44	6.119.922,00	(1.393.177,50)	4.726.744,50	3.600.931,32	1,31%
Inversões Financeiras	45	0,00	1.106.000,00	1.106.000,00	570.000,00	0,21%
TOTAL		271.865.122,00	5.160.000,00	277.025.122,00	273.904.570,37	100,00%

*Percentual do grupo sobre o total da despesa executada

FONTES	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DESPESA ATUALIZADA	DESPESA EXECUTADA	%
--------	-----	---------------------	--------------------	-------------------	---



DEFENSORIA
PÚBLICA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO



Documento Assinado Digitalmente por: HENRIQUE COSTA DA VEIGA SEIXAS, LEANDRO NEVES BEZERRA
Acesse em: <https://stc.ecepe.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 4cae79df-d289-4fa7-8d74-621d69a98630

Recursos Não Vinculados de Impostos	500	267.925.022,00	2.660.000,00	270.585.022,00	269.410.205,42	98,36%
Outros Recursos Não Vinculados	501	1.536.300,00	1.100.000,00	2.636.300,00	2.351.657,21	0,86%
Recursos de Convênios ou Federais	700	639.900,00	-	639.900,00	566.859,70	0,21%
Alienação de Bens	755	264.300,00	-	264.300,00	0,00	0,00%
FERM - PJPE	759	1.499.600,00	1.400.000,00	2.899.600,00	1.575.848,04	0,58%
TOTAL		271.865.122,00	1.880.000,00	277.025.122,00	273.904.570,37	100,00%

*Percentual do grupo sobre o total da despesa executada

6. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Esta demonstração evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício financeiro. Em 2025, o resultado patrimonial foi superavitário em R\$ 2.941.568,45.

6.1. TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS RECEBIDAS

Segue abaixo tabela com as transferências financeiras recebidas, detalhadas por fonte:

FONTE	VALOR (R\$)
500	266.767.961,44
759	1.491.992,83
Total	268.259.954,27

Além das transferências financeiras, esta DPPE recebeu a doação de veículos do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (UG 070001), totalizando o valor de R\$ 93.613,25.

7. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa líquido das operações foi positivo em R\$ 2.932.588,75. O fluxo de caixa líquido dos investimentos, impactado pela aquisição de ativos permanentes, foi negativo em R\$ 4.417.622,65. O fluxo de caixa líquido de financiamentos totalizou R\$ 118.785,80, decorrente de recursos oriundos de convênio com a União. Já o fluxo de caixa extraorçamentário apresentou um saldo positivo de R\$ 2.967.553,03. Como resultado, a geração líquida de caixa foi positiva em R\$ 1.601.304,93.



8. QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

O Quadro seguinte apresenta a decomposição das contas do Balanço Patrimonial pelos atributos Financeiros e Permanentes (anexo iv da Lei Federal nº 4.320/1964)

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
UNIDADE GESTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO		
EXERCÍCIO: 2024		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ativo Financeiro	10.707.799,25	9.108.208,60
Caixa e Equivalente de Caixa	10.707.799,25	9.106.494,32
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	1.714,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Ativo Permanente	26.391.756,80	24.521.329,81
Estoques	2.005.551,15	1.715.574,37
Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente	264.595,93	25.264,86
Imobilizado	20.831.669,51	19.490.550,37
Intangível	3.289.940,21	3.289.940,21
Total do Ativo	37.099.556,05	33.629.538,41
Passivo Financeiro	5.769.544,89	5.241.095,70
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	587.937,00	2.951.915,15
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	947.156,49	1.029.864,67
Adiantamentos a Clientes e Demais Obrigações a Curto Prazo	4.234.451,40	1.259.315,88
Passivo Permanente		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		
Total do Passivo	5.769.544,89	5.241.095,70
Saldo Patrimonial	31.330.011,16	28.388.442,71